



Quarta-Feira, 18 de Fevereiro de 2026

PF encontra com 'kid preto' plano de golpe de Estado com previsão de prisão de ministro

TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

g1

A Polícia Federal encontrou documentos detalhados que descrevem o planejamento estratégico de um golpe de Estado no Brasil em um pendrive apreendido com o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, integrante da tropa de elite conhecida como "Kids Pretos", em Goiânia. Segundo as investigações, o plano visava anular o resultado das eleições presidenciais de 2022 e manter Jair Bolsonaro no poder.

O material está nas investigações da Operação Luneta, cujo sigilo caiu nesta semana, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Quando ele determinou o fim do sigilo do relatório que indicia 37 pessoas por golpe de Estado — dentre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro — retirou o sigilo de investigações correlatas.

Planejamento estratégico do golpe

De acordo com a Operação Luneta, que investiga atos antidemocráticos, a planilha encontrada no dispositivo descreve "fatores estratégicos de planejamento" divididos em colunas intituladas "fato", "dedução" e "conclusão". Entre os objetivos detalhados estavam:

- * Realização de um novo pleito eleitoral.
- * Emissão de mandados de prisão contra envolvidos em supostas irregularidades no processo eleitoral.
- * Exploração global de narrativas de fraude eleitoral.
- * Convocação das Forças Armadas para garantir a execução das medidas.

A PF afirmou que o plano utilizava a falsa narrativa de vulnerabilidade e fraude no sistema eletrônico de votação como justificativa para romper a ordem democrática.

Veja abaixo imagem da planilha encontrada:

A. CAPACIDADES CRÍTICAS

- REALIZAR A PRISÃO PREVENTIVA DOS JUÍZES SUPREMOS CONSIDERADOS GERADORES DE INSTABILIDADE
- 2. COORDENAR A SEGURANÇA PÚBLICA EM CONJUNTO COM AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS
- 3. REALIZAR LIGAÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS PARLAMENTARES EM SEUS ESTADOS EM BUSCA DE REESTABELECIMENTO
- 4. CONSTITUIR Gabinete de crise, conjunto e interagências (força legalista), para reestabelecimento da leg
- 5. COORDENAR OS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO DE TODO O PROCESSO ELEITORAL
- 6. REALIZAR A SEGURANÇA E PARTICIPAR DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE NOVO PLEITO ELEITORAL
- 7. APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM A TROPA
- 8. APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FA COM A POPULAÇÃO
- 9. APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FA COM OS PRESIDENTES DOS PODERES CONSTITUCIONAIS
- 10. GARANTIR A LEI E A ORDEM DE FORMA PONTUAL, COM EMPREGO DE TROPA, NOS ESTADOS QUE APRESENTAREM INEX
- 11. REFORÇAR A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS
- 12. REALIZAR OPERAÇÕES MILITARES CONTRA POSSÍVEIS AMEAÇAS EXTERNAS NAS FRONTEIRAS
- 13. REALIZAR APROXIMAÇÕES CENTRAL E ESTADUAIS COM OS OSP PARA INTERCÂMBIO DE INTLG E ADESTRAMENTO
- 14. REALIZAR OCCA NAS DIMENSÕES HUMANA PARA ALÍVIO DAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

Imagen de planilha com plano de golpe de Estado encontrada pela PF — Foto: Reprodução

Prisão de ministros do STF

Um dos pontos que mais chamou a atenção no documento foi o destaque à necessidade de "realizar a prisão preventiva dos juízes supremos considerados geradores de instabilidade". Essa ação, segundo a PF, só seria possível em caso de ruptura institucional, indicando que o planejamento previa ataques diretos ao Supremo Tribunal Federal (STF). Entre as tarefas essenciais citadas no material estava "neutralizar a capacidade de atuação do ministro Alexandre de Moraes".

Gabinetes de crise e arcabouço jurídico

O plano também previa a criação de um gabinete central e de gabinetes estaduais de crise, além da elaboração de um arcabouço jurídico em coordenação com o Superior Tribunal Militar (STM). O objetivo seria respaldar as ações militares necessárias para implementar o golpe, conforme descrito nos documentos.

Esboço de discurso pós-golpe

Outra peça importante da investigação é uma carta de quatro páginas encontrada em fevereiro deste ano no gabinete de Jair Bolsonaro, na sede do Partido Liberal (PL). O texto faz duras críticas ao STF e apresenta argumentos para justificar a convocação das Forças Armadas. Em um dos trechos finais, está escrito:

"Afinal, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da

Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem".

Conexão com o governo Bolsonaro

A PF destaca que o documento é um ensaio retórico preparado para ser lido em caso de subversão do Estado Democrático de Direito, reforçando a conexão entre o plano golpista e os círculos próximos ao ex-presidente. As evidências revelam um esforço coordenado para justificar ações autoritárias sob o pretexto de defesa da Constituição e da ordem pública.

Investigação em andamento

Com os novos achados, a Polícia Federal continua avançando na identificação de envolvidos e nas conexões entre os responsáveis pelo planejamento. As evidências reforçam a gravidade das ações planejadas, indicando uma tentativa organizada de romper a ordem democrática e consolidar um governo de exceção.

Os documentos serão anexados ao inquérito já em andamento, que investiga atos antidemocráticos ocorridos no período eleitoral e após os resultados das eleições de 2022.